Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023 7

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022 8

Demonstração de Valor Adicionado 9

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho 10

Notas Explicativas 16

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes 38

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 40

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 43

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 44

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	590.713.140
Preferenciais	0
Total	590.713.140
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	1.706.596	1.641.489
1.01	Ativo Circulante	205.983	207.297
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	40.904	47.258
1.01.03	Contas a Receber	17.482	17.008
1.01.03.01	Clientes	17.482	17.008
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	147.597	143.031
1.01.08.03	Outros	147.597	143.031
1.01.08.03.01	Ativo financeiro de concessão	143.314	138.098
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	4.283	4.933
1.02	Ativo Não Circulante	1.500.613	1.434.192
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.122.077	1.084.354
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.122.077	1.084.354
1.02.01.10.03	Ativo financeiro de concessão	1.122.077	1.084.299
1.02.01.10.04	Outros ativos não circulantes	0	55
1.02.03	Imobilizado	45.933	3.346
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	27.759	3.105
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	18.174	241
1.02.04	Intangível	332.603	346.492
1.02.04.01	Intangíveis	332.603	346.492

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	1.706.596	1.641.489
2.01	Passivo Circulante	258.960	156.476
2.01.02	Fornecedores	16.202	5.811
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	16.202	5.811
2.01.03	Obrigações Fiscais	33.459	22.999
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	33.459	22.999
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	33.459	22.999
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	116.394	98.285
2.01.04.02	Debêntures	116.394	98.285
2.01.05	Outras Obrigações	92.905	29.381
2.01.05.02	Outros	92.905	29.381
2.01.05.02.04	Dividendos	85.160	12.840
2.01.05.02.06	Instrumentos financeiros derivativos - hedge	0	8.127
2.01.05.02.07	Outros passivos circulantes	7.745	8.414
2.02	Passivo Não Circulante	462.542	528.450
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	300.061	394.484
2.02.01.02	Debêntures	300.061	394.484
2.02.03	Tributos Diferidos	162.481	133.966
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	162.481	133.966
2.03	Patrimônio Líquido	985.094	956.563
2.03.01	Capital Social Realizado	590.713	582.663
2.03.04	Reservas de Lucros	394.381	373.900
2.03.04.01	Reserva Legal	36.238	28.956
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	358.143	297.784
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	47.160

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	331.123	327.026
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-58.728	-61.577
3.02.01	Depreciação e amortização	-14.716	-14.279
3.02.02	Materiais e serviços de terceiros	-11.217	-22.467
3.02.03	Encargos de uso de rede elétrica e de conexão	-10.356	-9.253
3.02.04	Pessoal	-8.438	-6.862
3.02.05	Energia elétrica comprada para revenda	-7.019	-6.307
3.02.06	Royalties	-2.521	-2.873
3.02.07	Transações no mercado de energia de curto prazo	-270	-3
3.02.08	Outros custos operacionais	-4.191	467
3.03	Resultado Bruto	272.395	265.449
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-653	-1.130
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-829	-1.145
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	176	15
3.04.04.01	Outras receitas operacionais, líquidas	176	15
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	271.742	264.319
3.06	Resultado Financeiro	-51.102	-59.392
3.06.01	Receitas Financeiras	5.515	9.566
3.06.02	Despesas Financeiras	-56.617	-68.958
3.06.02.01	Juros e V.M. - Debêntures	-54.868	-69.334
3.06.02.02	Juros e V.M. - Hedge de valor justo sobre debêntures	-131	-932
3.06.02.03	Outros	-1.618	1.308
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	220.640	204.927
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-74.999	-69.773
3.08.01	Corrente	-46.484	-37.536
3.08.02	Diferido	-28.515	-32.237
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	145.641	135.154
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	145.641	135.154
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,24744	0,23196
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,24744	0,23196

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	145.641	135.154
4.03	Resultado Abrangente do Período	145.641	135.154

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	185.461	158.308
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	113.297	98.654
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos sobre o lucro	220.640	204.927
6.01.01.02	Remuneração do ativo financeiro de concessão	-177.557	-184.292
6.01.01.03	Juros e variação monetária	54.992	70.240
6.01.01.04	Depreciação e amortização	14.716	14.279
6.01.01.05	Outros	506	-6.500
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	138.013	120.956
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-466	482
6.01.02.02	Ativo financeiro de concessão	134.563	124.496
6.01.02.03	Outros ativos	-589	-4.698
6.01.02.04	Fornecedores	5.257	-1.393
6.01.02.05	Outros passivos	-752	2.069
6.01.03	Outros	-65.849	-61.302
6.01.03.01	Pagamento de juros sobre debêntures, líquido de hedge	-31.202	-35.066
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-34.647	-26.236
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-38.279	-578
6.02.01	Aplicação no imobilizado e intangível	-38.279	-578
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-153.536	-161.808
6.03.01	Pagamento de debêntures, líquido de hedge	-108.746	-101.808
6.03.02	Pagamento de dividendos	-52.840	-60.000
6.03.03	Aumento de capital	8.050	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.354	-4.078
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	47.258	51.336
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	40.904	47.258

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	582.663	0	373.900	0	0	956.563
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	582.663	0	373.900	0	0	956.563
5.04	Transações de Capital com os Sócios	8.050	0	-87.160	0	0	-79.110
5.04.01	Aumentos de Capital	8.050	0	0	0	0	8.050
5.04.08	Dividendos adicionais propostos	0	0	-47.160	0	0	-47.160
5.04.09	Dividendos intermediários	0	0	-40.000	0	0	-40.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	145.641	0	145.641
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	145.641	0	145.641
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	107.641	-145.641	0	-38.000
5.06.04	Reserva legal	0	0	7.282	-7.282	0	0
5.06.05	Dividendos intercalares	0	0	0	-38.000	0	-38.000
5.06.06	Reserva de retenção de lucros	0	0	100.359	-100.359	0	0
5.07	Saldos Finais	590.713	0	394.381	0	0	985.094

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	582.663	0	298.785	0	0	881.448
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	582.663	0	298.785	0	0	881.448
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-39	-60.000	0	-60.039
5.04.08	Dividendos intermediários	0	0	-47.199	0	0	-47.199
5.04.09	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-12.840	0	-12.840
5.04.10	Dividendos adicionais propostos	0	0	47.160	-47.160	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	135.154	0	135.154
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	135.154	0	135.154
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	75.154	-75.154	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	6.758	-6.758	0	0
5.06.06	Reserva de retenção de lucros	0	0	68.396	-68.396	0	0
5.07	Saldos Finais	582.663	0	373.900	0	0	956.563

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	347.813	342.399
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	170.080	158.092
7.01.02	Outras Receitas	177.733	184.307
7.01.02.01	Remuneração do ativo financeiro de concessão	177.557	184.292
7.01.02.02	Outras receitas operacionais, líquidas	176	15
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-33.214	-38.184
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.831	-23.041
7.02.04	Outros	-21.383	-15.143
7.02.04.01	Encargos de uso de rede elétrica e de conexão	-10.356	-9.253
7.02.04.02	Energia elétrica comprada para revenda	-7.019	-6.307
7.02.04.03	Transações no mercado de energia de curto prazo	-270	-3
7.02.04.04	Outros	-3.738	420
7.03	Valor Adicionado Bruto	314.599	304.215
7.04	Retenções	-14.716	-14.279
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-14.716	-14.279
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	299.883	289.936
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.515	9.566
7.06.02	Receitas Financeiras	5.515	9.566
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	305.398	299.502
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	305.398	299.502
7.08.01	Pessoal	7.139	5.845
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.042	3.492
7.08.01.02	Benefícios	1.046	1.255
7.08.01.03	F.G.T.S.	321	243
7.08.01.04	Outros	730	855
7.08.01.04.01	Participação nos resultados	730	855
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	92.184	85.502
7.08.02.01	Federais	92.115	85.500
7.08.02.02	Estaduais	69	2
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	56.895	69.183
7.08.03.01	Juros	55.507	68.120
7.08.03.02	Aluguéis	287	237
7.08.03.03	Outras	1.101	826
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	38.000	60.000
7.08.04.02	Dividendos	38.000	60.000
7.08.05	Outros	111.180	78.972
7.08.05.01	Encargos setoriais	3.539	3.818
7.08.05.02	Reserva legal	7.282	6.758
7.08.05.03	Reserva de retenção de lucros	100.359	68.396

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Exercícios de 2023 e 2022



Companhia Energética Miranda

R. Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica

Florianópolis – SC | CEP 88025-255

CNPJ 28.942.127/0001-49 | NIRE 42 3 0004595-1

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Miranda ("Miranda" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2023. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Constituída em 09.10.2017 e sediada no município de Florianópolis (SC), a Companhia detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para operação da Usina Hidrelétrica Miranda ("Usina" ou "UHE Miranda"), em concessão pelo prazo de 30 anos, ampliados em 2021 por mais 179 dias, por conta da repactuação do risco hidrológico de geração, com a vigência das Leis nº 14.052/2020 e nº 14.182/2021.

A Usina está localizada no Rio Araguari, no município de Indianópolis (MG), com capacidade instalada de 408,0 MW e energia assegurada de 188,3 MW médios.

A energia da Usina está comercializada da seguinte maneira: 70% em cotas no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), livre de risco hidrológico (*Generation Scaling Factor* - GSF). Os demais 30%, disponíveis para negócio no Ambiente de Contratação Livre (ACL), foram negociados em 2018 com a controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "ENGIE"), pelo prazo de 11 anos, também isentos de risco hidrológico. Dessa forma, a energia gerada pela Companhia Energética Miranda está 100% livre dos impactos de déficit de geração hidrológica durante a vigência deste contrato.

2. Estrutura e Controle Acionário

Com 590.713.140 ações ordinárias, a Companhia acumulava capital social de R$ 590.713 mil ao final de 2023, sendo controlada integralmente pela ENGIE Brasil Energia, uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia sediada em Florianópolis, atuante nas atividades de geração centralizada, comercialização, *trading* e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

2.1 Governança Corporativa

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por três Diretorias, cujos poderes, atribuições e responsabilidades constam na legislação e no Estatuto Social. Os Conselheiros são eleitos em Assembleia Geral e a Diretoria pelo Conselho de Administração. Os mandatos são de 3 (três) anos, com possibilidade de reeleição.

Na 5ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 02.06.2023, foi eleito o senhor Eduardo Takamori Guiyotoko como membro do Conselho de Administração, em substituição a Marcelo Cardoso Malta. Após essa data, o Conselho de Administração passa a ser composto pelos senhores Eduardo Antonio Gori Sattamini, José Luiz Jansson Laydner e Eduardo Takamori Guiyotoko.

No dia 13.12.2023, na 34ª Reunião do Conselho de Administração, foi reeleita a Diretoria Executiva, e em 31.12.2023 contava com a seguinte composição: José Luiz Jansson Laydner ocupando a função de Diretor Executivo, Marcelo Brugnaro Schultz na posição de Diretor Técnico-Operacional e Romary dos Anjos Silva no cargo de Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores.

2.2 Processo de Aquisição da Concessão

A ENGIE Brasil Energia foi a vencedora do leilão organizado pelo Governo Federal em 27.09.2017, para a aquisição da concessão da Usina, com uma oferta de R$ 1.360 milhões, resultando em ágio de 22,4% sobre o preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal no certame. Os parâmetros técnicos e econômicos deste leilão foram estabelecidos na Resolução nº 12/2017, do Conselho Nacional de Política Energético (CNPE). A ENGIE assumiu a operação e manutenção da Usina em 29.12.2017, quando iniciou-se a contagem do prazo de concessão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3. Ambiente Macroeconômico

A economia brasileira em 2023 apresentou desempenho levemente superior ao projetado pelos economistas e pelo mercado, com inflação mais controlada e corte nas taxas de juros. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,9%, ajudado pelo bom desempenho do mercado de trabalho formal e do agronegócio. O país colheu uma supersafra e se beneficiou de preços ainda elevados das *commodities* no cenário internacional. Se em 2022, a maior parte da contribuição para o PIB veio da indústria e dos serviços, em 2023 o impulso veio do agronegócio e das atividades de extração. Os setores industrial e de serviços continuaram sendo afetados pelos juros em patamares ainda altos.

A inflação baixou gradualmente e encerrou o ano em 4,62%, portanto, dentro da meta estipulada pelas autoridades (de até 4,75%). A valorização do real e o choque de preços das *commodities*, que aumentaram cerca de 20% em 2022 e caíram em 2023, puxaram o índice de preços para baixo, assim como o aumento da oferta de alimentos. O dólar PTAX encerrou o ano em R$ 4,84, 7,1% menor que a cotação ao final de 2022, que era R$ 5,21.

O alívio inflacionário permitiu que o Banco Central iniciasse seu ciclo de queda da taxa Selic, com o primeiro corte anunciado em agosto. Ainda que continue alta, a taxa básica de juros da economia começou 2023 em 13,75% e terminou o ano em 11,75%, com mais sinalizações de cortes pela frente.

4. Desempenho Operacional

Em 2023, a geração bruta da Usina Hidrelétrica Miranda foi de 1.172,9 GWh, 3,5% superior à que a obtida em 2022, de 1.133,5 GWh. O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingido no ano de 2023 foi de 81,8%, 17,2 p.p. abaixo dos 99,0% atingidos no ano anterior. A redução da disponibilidade se deu devido às paradas operacionais decorrentes das obras para realização de modernizações realizadas na Usina durante o ano.

Importante destacar que a Usina é operada remotamente desde 2018 do Centro de Operação da Geração (COG) localizado em Florianópolis, na sede da ENGIE Brasil Energia, garantindo assim maior padronização, confiabilidade e eficiência operacional ao empreendimento.

A assinatura do contrato para modernização do sistema digital de supervisão e controle, sistemas comuns e do sistema de proteção e oscilografia foi firmado junto aos fornecedores ao final de 2021. Em 2022, foram realizadas as fabricações, aquisições e testes em fábrica dos novos equipamentos. Em 2023, foi concluída a modernização de duas unidades geradoras.

5. Desempenho Econômico-financeiro

Indicadores de resultado	2023	2022	Var. (R$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	331.123	327.026	4.097	1,3
Lucro bruto	272.395	265.449	6.946	2,6
Margem bruta	82,3%	81,2%		1,1 p.p.
Ebitda (Lajida)[1]	286.458	278.598	7.860	2,8
Margem Ebitda	86,5%	85,2%		1,3 p.p.
Depreciação e amortização	(14.716)	(14.279)	(437)	3,1
Resultado financeiro	(51.102)	(59.392)	8.290	(14,0)
Imposto de renda e contribuição social	(74.999)	(69.773)	(5.226)	7,5
Lucro líquido do período	145.641	135.154	10.487	7,8

[1] Ebitda (Lajida): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5.1 Receita operacional líquida

Em 2023, a receita operacional líquida da Companhia apresentou acréscimo de R$ 4.097 mil (1,3%), atingindo R$ 331.123 mil, frente aos R$ 327.026 mil reconhecidos em 2022. Essa variação é consequência da combinação dos seguintes eventos: (i) aumento de R$ 5.775 mil referente à receita de prestação de serviços, motivado pela atualização monetária prevista nos contratos (ii) aumento de R$ 5.057 mil na receita com transações de energia, sendo composto pelo (ii.i) aumento de R$ 4.869 mil na receita das operações de energia elétrica de contratos bilaterais; e (ii.ii) acréscimo de R$ 188 mil nas transações realizadas no mercado de curto prazo. Estes acréscimos foram atenuados pela (iii) redução de R$ 6.735 mil na remuneração do ativo financeiro de concessão, motivado, principalmente, pela redução do IPCA entre os exercícios em comparação. Mais detalhes sobre o item (i) estão comentados no item "transações de energia" apresentado a seguir.

5.2 Custos da energia vendida

	2023	2022	Var. (R$)	Var. (%)
Depreciação e amortização	14.716	14.279	437	3,1
Materiais e serviços de terceiros	11.217	22.467	(11.250)	(50,1)
Encargos de uso de rede elétrica e de conexão	10.356	9.253	1.103	11,9
Pessoal	8.438	6.862	1.576	23,0
Energia elétrica comprada para revenda	7.019	6.307	712	11,3
Royalties	2.521	2.873	(352)	(12,3)
Transações no mercado de energia de curto prazo	270	3	267	8.900,0
Outros custos operacionais	4.191	(467)	4.658	(997,4)
	58.728	**61.577**	**(2.849)**	**(4,6)**

Os custos da energia vendida reduziram em R$ 2.849 mil (4,6%) entre os exercícios em comparação, passando de R$ 61.577 mil em 2022 para R$ 58.728 mil em 2023. Tal variação decorre, essencialmente, do comportamento dos componentes a seguir:

a) Materiais e serviços de terceiros: redução de R$ 11.250 entre os exercícios em análise, devido, principalmente, pela redução nos custos de manutenção, relacionados a prestação de serviços, manutenção e limpeza da usina.

b) Encargos de uso de rede elétrica e de conexão: aumento de R$ 1.103 mil entre os exercícios em análise, motivado pela atualização monetária prevista nos contratos.

c) Energia elétrica comprada para revenda e transações no mercado de curto prazo: aumento de R$ 712 mil e de 267 mil, respectivamente, entre os exercícios em análise, totalizando um aumento de R$ 979 mil (15,5%). Mais detalhes sobre as variações estão comentados no item "transações de energia" apresentado a seguir.

d) Outros custos operacionais: o aumento de R$ 4.658 entre os exercícios analisados, deve-se a reversão de provisão de contingência cível no montante de R$ 4.354 mil, ocorrida em 2022, devido ao entendimento favorável à posição da Companhia.

5.3 Transações de energia (incluem as transações realizadas no mercado de curto prazo)

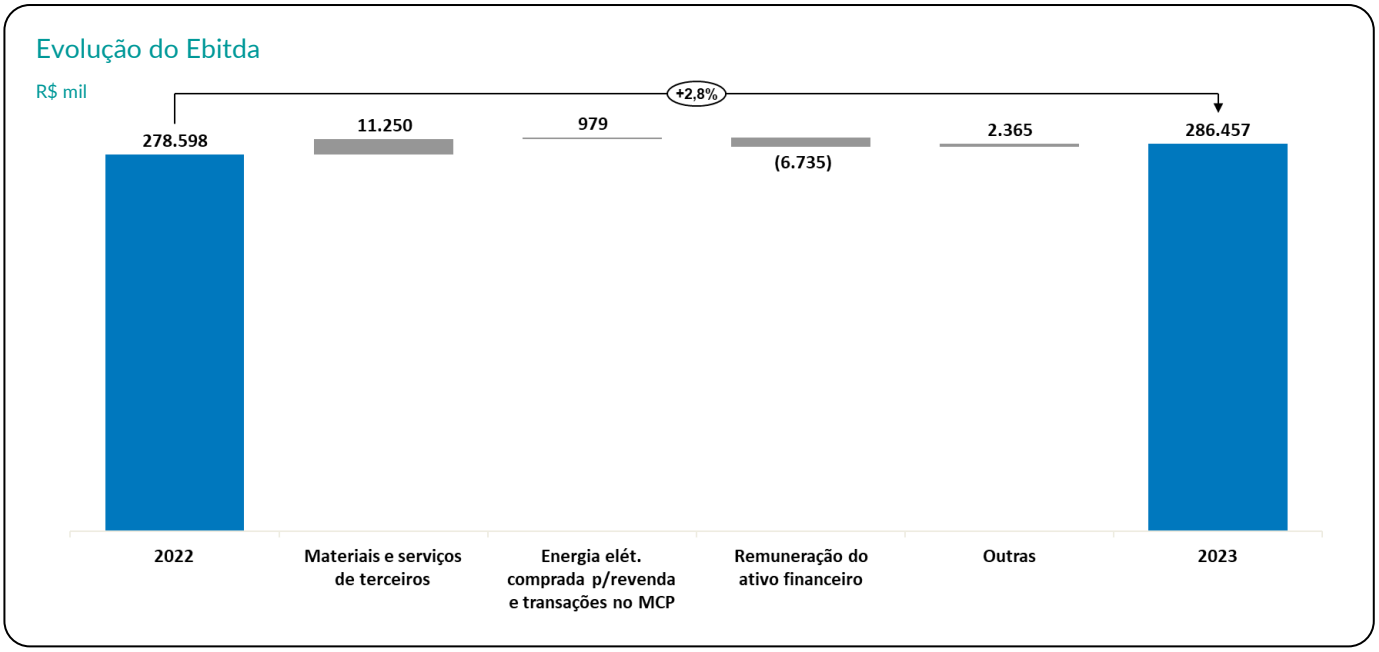
A Companhia vende a totalidade de sua garantia física destinada ao mercado livre à sua controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE"), cujo contrato de venda possui um mecanismo de ajuste de preço para mitigação de risco, que prevê que a compradora, a controladora, assuma os impactos decorrentes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o qual inclui a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o Fator de Ajuste de Garantia Física (Energia Secundária ou GSF).

As receitas e os custos com operações de energia elétrica apresentaram um aumento de R$ 5.057 mil e um aumento de R$ 979 mil, respectivamente, ocasionando um acréscimo líquido de R$ 4.078 mil no lucro bruto da Companhia. Esse acréscimo é resultado, substancialmente, pela atualização monetária do contrato com a ENGIE.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5.4 Ebitda

Refletindo os efeitos mencionados anteriormente, o Ebitda em 2023 foi de R$ 286.457 mil, R$ 7.859 mil (2,8%) acima do apurado em 2022, de R$ 278.598 mil.



5.5 Resultado financeiro

As despesas financeiras líquidas apresentaram redução de R$ 8.290 mil (14,0%) entre os exercícios em análise, atingindo o montante de R$ 51.102 mil no 2023 (R$ 59.392 mil no 2022). A redução, decorre, principalmente, pela diminuição da variação monetária sobre as debêntures, em função, principalmente, da desaceleração do IPCA entre os exercícios.

5.6 Imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

As despesas com IR e CSLL aumentaram R$ 5.226 mil (7,5%), passando de R$ 69.773 mil em 2022 para R$ 74.999 mil em 2023, em decorrência do aumento no lucro antes dos tributos. A alíquota efetiva de IR e CSLL foi de 34,0% em 2023 e 2022.

5.7 Lucro líquido

O lucro líquido no 2023 foi de R$ 145.640 mil, R$ 10.486 mil (7,8%) superior aos R$ 135.154 mil apresentados no 2022, consequência da combinação dos itens apresentados anteriormente.

6. Gestão Socioambiental

A Usina Hidrelétrica Miranda segue como referência para suas ações socioambientais a Política ENGIE Brasil Energia de Gestão Sustentável, que abrange as dimensões Governança, Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho, Responsabilidade Social e Engajamento de Partes Interessadas. A política é pública e pode ser encontradas no website em https://www.engie.com.br/investidores/governanca-corporativa/estatuto-social-codigos-e-politicas/.

Em 2021 a Usina foi certificada segundo as normas NBR ISO 9001 (Gestão da Qualidade), NBR ISO 14001 (Gestão Ambiental) e NBR ISO 45001 (Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional), o que assegura maior padronização e confiabilidade aos processos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Usina possui os seguintes programas socioambientais, executados por liberalidade da Companhia (não são condicionantes legais):

a) Programa de Monitoramento de Focos Erosivos;

b) Programa de Reflorestamento Ciliar;

c) Programa de Monitoramento de Qualidade da Água;

d) Afugentamento e resgate de peixes nas paradas de máquinas;

e) Monitoramento da ictiofauna;

f) Programa de Peixamento;

g) Operação da Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN – Jacob;

h) Programa de educação ambiental; e

i) Acervo arqueológico.

Destaca-se do ponto de vista ambiental a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) do Jacob, com 358 hectares, que representa uma importante área de preservação do bioma Cerrado, localizada à margem esquerda do Rio Araguari, município de Nova Ponte (MG), no entorno do reservatório da Usina. A Unidade representa um refúgio para espécies de fauna e flora locais, contribuindo com a preservação ambiental da região.

7. Recursos Humanos

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia. A Companhia reembolsa a controladora das despesas com o pessoal diretamente alocado na Usina.

8. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

9. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2023.

10. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para a criação da Companhia e seu desempenho no ano de 2023.

A Administração

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios de 2023 e 2022



Companhia Energética Miranda

R. Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica

Florianópolis – SC | CEP 88025-255

CNPJ 28.942.127/0001-49 | NIRE 42 3 0004595-1

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ Nº 28.942.127/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0004595-1
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Miranda ("Companhia" ou "Miranda") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e a atividade operacional da Companhia é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia foi constituída em 09.10.2017, tendo início das atividades em 20.10.2017, com o objetivo de operar e manter a Usina Hidrelétrica Miranda ("UHE Miranda" ou "Usina"), localizada no município de Indianópolis, estado de Minas Gerais, estando sob o controle acionário da ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), a qual é controlada pela ENGIE Brasil Participações Ltda., ambas situadas no Brasil. O controle acionário da ENGIE Brasil Participações Ltda. é detido pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. Essa, por sua vez, é controlada pela International Power Ltd., empresa sediada no Reino Unido, integrante do grupo econômico ENGIE, sediado na França.

A Usina entrou em operação em 1998 e possui capacidade instalada de 408 MW[1] e 188,3 MW médios de garantia física.

O Contrato de Concessão foi assinado em 10.11.2017, com prazo de aproximadamente 30 anos, contados a partir de 29.12.2017. Exclusivamente para a parcela de 70% da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), a Companhia é remunerada por meio da Receita Anual de Geração (RAG), a qual é composta da parcela associada à Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG), da parcela de Retorno da Bonificação pela Outorga (RBO), da parcela associada à GAG decorrente de ampliações, dos encargos de conexão, dos encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável. Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

[1] As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

c) Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

d) Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

e) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As principais notas explicativas vinculadas a aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas são:

Estimativa	Nota Explicativa
Mensuração inicial do valor justo do ativo financeiro da concessão	5
Determinação dos valores justos dos instrumentos financeiros derivativos	8 e 9
Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração	6 e 7

e.1) Mensuração inicial do valor justo do ativo financeiro da concessão

A bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro de concessão, uma vez que atende o conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração (RAG).

e.2) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos ao valor justo nas demonstrações financeiras. A definição do valor justo dos derivativos da Companhia exige o uso de metodologias de valoração que podem ser complexas e envolve o uso de estimativas futuras de câmbio, de inflação, de taxas de juros de longo prazo e de preços de energia.

e.3) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Se tal evidência é identificada, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos (*impairment*).

f) Novas normas, alterações e interpretações

O IASB e o CPC emitiram novos pronunciamentos e revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2023. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Notas Explicativas

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento substituiu a norma anteriormente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	IFRS 17	07.05.2021	01.01.2023	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; e CPC 39 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.	*Classification of Liabilities as Current or Non-current; Extension of the Temporary Exemption from applying IFRS 9; Definition of Accounting Estimates; Disclosure of Accounting Policies; e Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction*	01.04.2022	01.01.2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 22 Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos; e CPC 41 – Resultado por ação.	IAS 32	04.08.2023	01.01.2023	Sem impactos relevantes.

g) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2024, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos ou alterações à pronunciamentos já existentes, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23 Pronunciamentos Técnicos CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras; e CPC 06 (R2) – Arrendamentos.	IAS 1, IAS 7, IFRS 7 e IFRS 16	04.08.2023	01.01.2024	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24 Em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores, foram realizadas alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa. CPC 32 – tributos sobre o lucro e CPC 40 (R1) – instrumentos financeiros (evidenciação).	IAS 12	01.12.2023	A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que as aprovarem.	Sem impactos relevantes.

h) Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 04.03.2024.

Notas Explicativas

NOTA 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Prática contábil:

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e depósitos bancários à vista	**246**	**188**
Aplicações financeiras		
Fundo de Investimento Exclusivo		
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	40.658	47.070
	40.904	**47.258**

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas, substancialmente, no Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander. O fundo tem como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo, em 31.12.2023, 100% de sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2023 e 2022 foi de cerca de 99,7% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI - taxa referencial), respectivamente.

NOTA 4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Prática contábil:

Contas a receber de clientes são reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. Inicialmente são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

	31.12.2023	*31.12.2022*
Distribuidoras	9.497	*9.019*
ENGIE Brasil Energia	7.326	*7.077*
Transações realizadas na CCEE[1]	659	*912*
	17.482	**17.008**

(1) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia no ambiente de contratação regulado é de aproximadamente 19 dias, e para os contratos comercializados no ambiente de contratação livre é de aproximadamente 15 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

Em 31.12.2023 e 31.12.2022, a Companhia não apresentava valores vencidos em seu contas a receber. A Companhia não reconheceu perdas de crédito esperadas, haja vista sua experiência de perda de crédito histórica e sua expectativa no recebimento destes créditos.

Notas Explicativas

NOTA 5. ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO

Prática contábil:

Corresponde ao direito incondicional de recebimento de caixa por meio do RBO, para recuperação do investimento na aquisição de outorgas de concessão de usinas hidrelétricas licitadas pela União. Foi registrado inicialmente pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros garantidos e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa utilizada para o cálculo do valor presente. Os ativos financeiros de concessões são remunerados pela taxa interna de retorno e pela variação do IPCA.

Em 27.09.2017, a Engie, Controladora da Companhia, foi vencedora do Leilão de Concessões não Prorrogadas, para a concessão da Usina Hidrelétrica Miranda, pelo período de, aproximadamente, 30 anos, a partir de 10.11.2017. O pagamento da bonificação pela outorga da concessão se deu em parcela única em 30.11.2017.

Como parte do processo do Leilão, a Companhia tem assegurado pelo Poder Concedente o direito à venda de 70% da garantia física das usinas, no Sistema de Cota de Garantia Física, garantindo, assim, o direito incondicional de receber caixa durante o período de concessão, sem riscos de demanda, de mercado e hidrológicos. Dessa forma, a parcela do montante pago pela outorga da concessão, correspondente ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, calculado com base na taxa de desconto de referência na data do reconhecimento inicial (10,5%), a serem recebidos pela venda da energia no ACR, foi reconhecida como ativo financeiro.

O direito de extensão do prazo de concessão decorrente da repactuação do risco hidrológico, tratada na Nota 7 – Intangível, de aproximadamente 6 meses, não gerou direitos adicionais de recebimento de RBO.

a) Composição

	31.12.2023			31.12.2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo financeiro de concessão	143.314	1.122.077	1.265.391	138.098	1.084.299	1.222.397

b) Mutação do ativo financeiro de concessão

Saldo em 31.12.2021	**1.162.601**
Recebimentos	(124.496)
Juros	91.976
Variação monetária	92.316
Saldo em 31.12.2022	**1.222.397**
Recebimentos	(134.563)
Juros	91.144
Variação monetária	86.413
Saldo em 31.12.2023	**1.265.391**

c) Perfil de realização do ativo financeiro de concessão apresentado no ativo não circulante

	Total
2025	119.091
2026	107.735
2027	97.462
2028	88.147
2029	79.740
2030 a 2034	298.108
2035 a 2047	331.794
	1.122.077

Notas Explicativas

NOTA 6. IMOBILIZADO

Prática contábil:

Mensuração

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou de construção.

Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*), quando aplicável.

Os componentes de determinados ativos que são substituídos periodicamente ao longo da vida útil econômica do ativo são reconhecidos como ativos separados e depreciados pelo período previsto para a sua substituição. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação dos ativos em plena operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

a) Composição

		31.12.2023			31.12.2022		
	Taxa média depreciação % (a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Máquinas e equipamentos	2,7%	28.714	(1.609)	27.105	3.592	(842)	2.750
Móveis e utensílios	5,3%	768	(114)	654	428	(73)	355
		29.482	**(1.723)**	**27.759**	**4.020**	**(915)**	**3.105**
Em curso							
Máquinas e equipamentos		12.680	-	12.680	241	-	241
Adiantamentos a fornecedores		2.906	-	2.906	-	-	-
Aquisições a ratear		2.588	-	2.588	-	-	-
		18.174	**-**	**18.174**	**241**	**-**	**241**
		47.656	**(1.723)**	**45.933**	**4.261**	**(915)**	**3.346**

Notas Explicativas

b) Mutação

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Imobilizado em curso	Total
Saldos em 31.12.2021	**2.443**	**355**	**369**	**3.167**
Ingressos	553	-	-	553
Transferências	102	26	(128)	-
Depreciação	(348)	(26)	-	(374)
Saldos em 31.12.2022	**2.750**	**355**	**241**	**3.346**
Ingressos[1]	-	-	43.401	43.401
Transferências	25.121	346	(25.467)	-
Baixas	-	(5)	-	(5)
Depreciação	(765)	(41)	-	(806)
Saldos em 31.12.2023	**27.105**	**654**	**18.174**	**45.933**

(1) O aumento do ingresso de imobilizado refere-se ao projeto de modernização da Companhia, para maiores detalhes vide NE 17 – Compromisso de Longo Prazo.

NOTA 7. INTANGÍVEL

Prática contábil:

São registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu em 2021 o intangível oriundo do direito de extensão de concessão, em decorrência da adesão à repactuação do risco hidrológico de forma a compensar a Companhia pelos custos incorridos no passado, conforme previsto na Lei nº 14.052/2020, ao valor justo, o qual é, usualmente, equivalente ao valor definido e disponibilizado pela Aneel. Este direito foi reconhecido no momento em que o direito se tornou virtualmente certo, em contrapartida da rubrica "Direito de uso de ativos".

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear, com base nos contratos comerciais ou de concessão e de autorização.

Avaliação do valor de recuperação do intangível – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou de intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda *(impairment)* é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

		31.12.2023			31.12.2022		
	Período de amortização	Custo	Amortização acumulada	Total	Custo	Amortização acumulada	Total
Bonificação pela outorga	Até 2048	411.224	(84.330)	326.894	411.224	(70.655)	340.569
Direito de uso de ativos[1]	Até 2048	6.347	(638)	5.709	6.326	(403)	5.923
		417.571	**(84.968)**	**332.603**	**417.550**	**(71.058)**	**346.492**

(1) O valor de custo é composto por: (i) R$ 6.289 referente a repactuação do risco hidrológico; e (ii) R$ 58 referente a *Softwares*.

Notas Explicativas

A movimentação do ativo intangível foi esta:

	Bonificação pela outorga	Direitos de uso de ativos	Total
Saldos em 31.12.2021	**354.244**	**6.116**	**360.360**
Ingressos	-	37	37
Amortização	(13.675)	(230)	(13.905)
Saldos em 31.12.2022	**340.569**	**5.923**	**346.492**
Ingressos	-	21	21
Amortização	(13.675)	(235)	(13.910)
Saldos em 31.12.2023	**326.894**	**5.709**	**332.603**

a) Bonificação pela outorga

A diferença entre o valor pago de bonificação pela outorga e o montante registrado como ativo financeiro de concessão, conforme mencionado na Nota 5 – Ativo financeiro de concessão, representa o direito de uso da infraestrutura da Usina Hidrelétrica Miranda para geração e venda de energia no ACL. Esse montante foi reconhecido no intangível e está sendo amortizado linearmente pelo prazo de concessão das Usinas.

b) Direito de uso de ativos – repactuação do risco hidrológico

Nos exercícios de 2023 e 2022, as movimentações nos saldos de repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica referem-se às amortizações dos exercícios, que estão sendo realizadas linearmente até o prazo final da extensão.

c) Redução ao valor recuperável de ativos *(impairment)*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31.12.2023 e 31.12.2022 não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

NOTA 8. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos de seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, a quem cabe: (i) analisar e propor contribuições à minuta da Matriz de Riscos e Oportunidades; (ii) contribuir com a identificação de outros riscos e oportunidades empresariais; e (iii) aprovar proposta de Matriz de Riscos e Oportunidades a ser encaminhada para aprovação da Diretoria Executiva.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

a) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de índices de preços.

Esses riscos são monitorados pelo Fórum Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são estes:

a.1) Risco relacionado às dívidas com índices flutuantes

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de índices de preços aplicados aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta ao IPCA.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à aceleração inflacionária.

Notas Explicativas

Operações de *hedge* de valor justo sobre debêntures

Prática contábil:

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativo e/ou passivo no balanço patrimonial e mensurados inicialmente e subsequentemente a valor justo. Os ganhos ou as perdas resultantes das variações no seu valor justo são reconhecidos no resultado, exceto quando o derivativo é qualificado e designado para a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

A Companhia contratou operação de *swap* com o Banco Itaú BBA para proteger a totalidade dos fluxos de pagamentos futuros dos juros das debêntures contra a variação da taxa DI. Este era o único instrumento financeiro derivativo mantido pela Companhia ao longo de 2023, reconhecido de acordo com as normas estabelecidas para a contabilidade de *hedge*.

No início da operação de *hedge*, elabora-se documentação formal com a descrição dos objetivos e as estratégias da gestão do risco coberto e da relação entre a transação objeto do *hedge* e o instrumento de *hedge* utilizado para a proteção esperada.

A operação de *hedge* para a proteção das variações de taxas de juros flutuantes das debêntures da Companhia resulta de posição passiva vinculada à variação do CDI, ou seja, componentes não fixos, sendo, dessa forma, designados como "*Hedge* de valor justo". Nessas transações, os ganhos ou as perdas resultantes das variações das mensurações ao valor justo das debêntures e das operações de *hedge* são reconhecidos no resultado financeiro, protegendo a Companhia dos efeitos financeiros da variação do CDI sobre as debêntures.

Os instrumentos financeiros derivativos de operações de *hedge* são estes:

	31.12.2022
Posição passiva	
Hedge de valor justo sobre debêntures	8.127
	8.127
Classificação no balanço patrimonial	
Passivo circulante	8.127
	8.127

Mutação líquida das operações de *hedge* de valor justo sobre debêntures

	Total
Passivo em 31.12.2021	**20.409**
Juros e variações monetárias	932
Ajuste a valor justo	(1.586)
Amortização de principal	(17.347)
Amortização de juros	5.719
Passivo em 31.12.2022	**8.127**
Juros e variações monetárias	131
Ajuste a valor justo	630
Amortização de principal	(10.258)
Amortização de juros	1.370
Passivo em 31.12.2023	-

Segue abaixo a mutação do ajuste a valor justo apresentado nos quadros acima:

Saldo em 31.12.2021	**956**
Ajuste a valor justo reconhecido no resultado	(1.586)
Saldo em 31.12.2022	**(630)**
Ajuste a valor justo reconhecido no resultado	630
Saldo em 31.12.2023	-

Notas Explicativas

a.2) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes

A Companhia apresenta a seguir uma análise de sensibilidade do ativo financeiro de concessão e das debêntures, expostos ao risco de variação do IPCA. O cenário-base provável para o ano de 2024 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil):

	Variação 12 meses	Cenário Provável	Sensibilidade		
Risco de variação do índice	31.12.2023	31.12.2024	Provável	Δ + 25% (1)	Administração
IPCA	4,6%	3,9%	-0,7 p.p.	1,0 p.p.	0,1 p.p.

(1) Variações sobre o cenário provável de 2024.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices dos últimos 12 meses, observados em 31.12.2023, e os previstos no cenário provável dos próximos 12 meses, a findar em 31.12.2024 e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para os próximos 12 meses. As variações que poderão impactar o resultado, e, consequentemente, o patrimônio líquido nos próximos 12 meses, em comparação aos últimos 12 meses, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em 31.12.2023	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Administração
Risco de aumento (passivo)				
Debêntures				
IPCA	416.455	2.792	(3.774)	(370)
Risco de redução (ativo)				
Ativo financeiro de concessão				
IPCA	1.265.391	(8.684)	(20.941)	7.444

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures, líquidas dos efeitos do *hedge*, deduzidas do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros.

A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2023	31.12.2022
Debêntures	416.455	492.769
Efeitos de *hedge*	-	8.127
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(40.904)	(47.258)
Dívida líquida	**375.551**	**453.638**
Patrimônio líquido	**985.094**	**956.563**
Endividamento líquido/Patrimônio líquido	**0,4**	**0,5**

c) Risco de aceleração do vencimento de dívidas

A Companhia possui contrato de debêntures com cláusulas restritivas (*covenants*), normalmente aplicáveis às operações dessa natureza, relacionadas ao atingimento de indicadores de desempenho financeiro. Caso a Companhia não atenda a alguma destas cláusulas, a dívida poderá ter seu vencimento antecipado. Em 31.12.2023, a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas (Nota 9 – Debêntures).

Notas Explicativas

d) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia, as aplicações financeiras e as operações de *hedge*. A Companhia considera o risco de crédito praticamente nulo, tendo em vista os aspectos comentados a seguir:

d.1) Riscos relacionados à venda de energia

Nas operações de venda de energia no mercado livre, a fim de mitigar o risco de crédito, a Companhia firmou contrato com a sua controladora, vigente a partir de 01.01.2018, até dezembro de 2028, mitigando o seu risco de crédito. Para mais detalhes vide Nota 15 – Transações com partes relacionadas.

d.2) Riscos relacionados às aplicações financeiras

Os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2023, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária e pós-fixados, atrelados à variação da Selic.

De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d.3) Riscos relacionados às operações de *hedge*

A Política de Investimentos e Derivativos impõe fortes restrições à realização de operações com derivativos e determina o monitoramento contínuo das exposições no caso de contratação de operação desse tipo.

Conforme anteriormente mencionado, a única operação de *hedge* contratada pela Companhia era o *swap* para proteção da variação da taxa DI sobre uma das séries das debêntures emitidas.

e) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente.

A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A Companhia, também, conta com o suporte da sua controladora ENGIE Brasil Energia na gestão de sua liquidez.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

No demonstrativo a seguir, apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2023. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Total	Contábil
Fornecedores	16.202	-	-	16.202	16.202
Debêntures[1]	141.683	265.290	67.454	474.427	416.455
	157.885	**265.290**	**67.454**	**490.629**	**432.657**

(1) Líquidas das operações de *hedge*.

O ativo financeiro de concessão não possui risco de liquidez, uma vez que está relacionado à parcela de energia destinada ao ACR, no Sistema de Cota de Garantia Física, cujo pagamento é garantido pelo Poder Concedente.

f) Risco hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) acontece, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), cada usina hidrelétrica, incluindo a Miranda, está sujeita às variações pelas condições hidrológicas verificadas, tanto pelas condições na região geográfica em que a usina opera como pelas condições em usinas de outras cascatas, que venham a influenciar no volume de água disponível para geração.

Notas Explicativas

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da garantia física, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que poderá afetar os seus resultados financeiros futuros. Entretanto, quase a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que funciona como um "condomínio", em que o risco hidrológico é compartilhado entre todas as usinas participantes do Mecanismo.

Em 31.12.2023, a parcela da Usina Hidrelétrica Miranda destinada ao atendimento de Cotas de Garantia Física – 131,8 MW médios – é garantida pelas regras contratuais estabelecidas pelo Poder Concedente e também está blindada desse risco, vide Nota 5 – Ativo financeiro de concessão.

Com relação aos impactos causados no MRE por razões não hidrológicas do passado, os geradores terão direito à extensão do prazo de concessão das outorgas de geração de forma a compensar as perdas percebidas, nos termos da Lei nº 14.052/2020. Mais detalhes estão apresentados na Nota 7 – Intangível.

g) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	Hierarquia	31.12.2023	31.12.2022
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras	Nível 1	40.658	47.070
Custo amortizado			
Caixa e depósitos bancários à vista	N.A.	246	188
Contas a receber de clientes	N.A.	17.482	17.008
Ativo financeiro de concessão	N.A.	1.265.391	1.222.397
		1.323.777	**1.286.663**
Passivos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Debêntures	Nível 2	-	32.809
Perdas não realizadas em operações de *hedge* sobre debêntures	Nível 2	-	8.127
Custo amortizado			
Fornecedores	N.A.	16.202	5.811
Debêntures	N.A.	416.455	459.960
		432.657	**506.707**

Mensuração do valor justo

A Companhia mensura alguns instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente, por meio de outras informações, diferentes dos preços cotados (nível 1); e

- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais as informações utilizadas na mensuração do valor justo não estão disponíveis no mercado (não observáveis).

Notas Explicativas

h) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros somente foram identificadas diferenças entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado no ativo financeiro de concessão e na parcela das debêntures que não estão sob o escopo da contabilidade de *hedge*. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

Na determinação dos valores de mercado foram utilizados os fluxos de caixa futuros, descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

	31.12.2023		31.12.2022	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo financeiro de concessão	1.265.391	1.288.987	1.222.397	1.210.198
Debêntures	416.455	426.218	492.769	492.985

NOTA 9. DEBÊNTURES

Prática contábil:

As debêntures são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, exceto pelas debêntures que a Companhia aplicou as regras de contabilidade de *hedge* de valor justo, as quais são mensuradas posteriormente ao valor justo por meio do resultado.

a) Composição

	31.12.2023			31.12.2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Mensurados ao valor justo						
Debêntures – 1ª emissão	-	-	-	32.610	-	32.610
Encargos	-	-	-	199	-	199
	-	**-**	**-**	**32.809**	**-**	**32.809**
Mensurados ao custo amortizado						
Debêntures – 1ª emissão	115.451	300.061	415.512	64.201	394.484	458.685
Encargos	943	-	943	1.275	-	1.275
	116.394	**300.061**	**416.455**	**65.476**	**394.484**	**459.960**
Debêntures	**116.394**	**300.061**	**416.455**	**98.285**	**394.484**	**492.769**
Efeitos do *hedge* (*swap*)						
Posição passiva	-	-	-	8.127	-	8.127
Debêntures, líquidas dos efeitos do *hedge*	**116.394**	**300.061**	**416.455**	**106.412**	**394.484**	**500.896**

Notas Explicativas

b) Mutação das debêntures

	Total
Saldo em 31.12.2021	**549.241**
Juros	42.961
Variações monetárias	26.373
Ajuste a valor justo	(560)
Amortização do principal	(84.461)
Amortização de juros	(40.785)
Saldo em 31.12.2022	**492.769**
Juros	33.819
Variações monetárias	21.049
Ajuste a valor justo	(122)
Amortização do principal	(98.488)
Amortização de juros	(32.572)
Saldo em 31.12.2023	**416.455**

c) Principais condições contratadas

			Condições de Pagamento			
	Quantidade	Remuneração	Encargos	Principal	Vencimento	Saldos em 31.12.2023
1ª Emissão - Série 2	386.000	IPCA + 6,4962% a.a.	Semestrais a partir de 12.2018	Semestrais a partir de 06.2020	06.2027	416.455

d) Garantias

As garantias das debêntures são as seguintes: (a) cessão dos direitos emergentes da autorização; (b) cessão de direitos creditórios; (c) penhor da totalidade das ações representativas do capital social; e (d) fiança corporativa.

e) Vencimentos dos saldos apresentados no passivo não circulante

	Total
2025	113.578
2026	121.618
2027	64.865
	300.061

f) Compromissos financeiros contratuais (*covenants*)

Dívida	*Covenants*	31.12.2023
Debêntures - 1ª emissão	Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) ≥ 1,1	2,15

Os compromissos financeiros estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

Notas Explicativas

NOTA 10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

Prática contábil:

São calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias – diferenças entre o valor contábil dos ativos e dos passivos e sua base fiscal –, ou compensar os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, quando aplicável. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo "não circulante", de forma líquida, independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, seja no resultado, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

a.1) Composição

Natureza dos créditos	31.12.2023				31.12.2022
	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	Total
Passivo:					
Remuneração do ativo financeiro de concessão	1.010.689	252.672	90.962	343.634	283.265
Intangível de bonificação pela outorga	194.564	48.641	17.511	66.152	55.424
Repactuação do risco hidrológico	5.655	1.414	509	1.923	2.001
		302.727	**108.982**	**411.709**	**340.690**
Ativo:					
RBO	706.662	176.666	63.600	240.266	194.382
Custo de gestão de infraestrutura da usina	25.260	6.315	2.273	8.588	9.158
Perdas não realizados em operações de *hedge*	-	-	-	-	2.764
Outros	1.098	275	99	374	420
		183.256	**65.972**	**249.228**	**206.724**
Valor líquido		**119.471**	**43.010**	**162.481**	**133.966**

a.2) Mutação do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Saldo em 31.12.2021	**101.729**
Impostos diferidos reconhecidos no resultado do exercício	32.237
Saldo em 31.12.2022	**133.966**
Impostos diferidos reconhecidos no resultado do exercício	28.515
Saldo em 31.12.2023	**162.481**

Notas Explicativas

a.3) Expectativa de realização e exigibilidade

A Administração da Companhia elabora projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização dos créditos fiscais nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

	Ativo	Passivo
2024	15.042	37.779
2025	5.700	34.155
2026	9.203	30.899
2027	9.203	27.967
2028	9.203	25.280
2029 a 2031	9.203	18.889
2032 a 2034	9.203	18.889
2035 a 2037	9.203	18.889
2038 em diante	173.268	198.962
	249.228	**411.709**

b) Conciliação dos tributos no resultado

Prática contábil:

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias – diferenças entre o valor contábil dos ativos e dos passivos e sua base fiscal.

	31.12.2023			31.12.2022		
	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Resultado antes dos tributos	**220.640**	**220.640**	**220.640**	**204.927**	**204.927**	**204.927**
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Tributos às alíquotas nominais	**(55.160)**	**(19.858)**	**(75.018)**	**(51.232)**	**(18.443)**	**(69.675)**
Outros	20	(1)	19	(66)	(32)	(98)
	(55.140)	**(19.859)**	**(74.999)**	**(51.298)**	**(18.475)**	**(69.773)**
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	(34.173)	(12.311)	(46.484)	(27.594)	(9.942)	(37.536)
Diferido	(20.967)	(7.548)	(28.515)	(23.704)	(8.533)	(32.237)
	(55.140)	**(19.859)**	**(74.999)**	**(51.298)**	**(18.475)**	**(69.773)**
Alíquota efetiva	**25%**	**9%**	**34%**	**25%**	**9%**	**34%**

NOTA 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social subscrito e integralizado

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29.12.2023, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital social por meio da capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital realizado no segundo semestre de 2023, no montante de R$ 8.050.

Desta forma o capital social da Companhia, em 31.12.2023 é de R$ 590.713 (R$ 582.663 em 31.12.2022), totalmente subscrito e integralizado, representado por 590.713.140 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 590.713.130 pertencem à ENGIE Brasil Energia e 10 são de propriedade da ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.

Notas Explicativas

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva Legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2023, a Administração da Companhia está propondo a destinação do montante de R$ 100.359 (em 31.12.2022 foi destinado R$ 68.397). Os lucros foram retidos em função de projeções de caixa para os anos futuros, haja vista as obrigações da Companhia.

c) Lucro por ação básico e diluído

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	145.641	135.154
Média de ações ordinárias	590.713.140	582.663.140
Lucro por ação básico e diluído – Em reais	**0,24744**	**0,23196**

A Companhia não possui ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados, motivo pelo qual não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

NOTA 12. DIVIDENDOS

Prática contábil:

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pelo Conselho de Administração; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela AGO.

a) Cálculo

	31.12.2023	31.12.2022
Base de cálculo dos dividendos ajustada		
Lucro líquido do exercício	145.641	135.154
Reserva legal	(7.282)	(6.758)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	**138.359**	**128.396**
Dividendos propostos		
Dividendos intercalares	38.000	12.840
Total dos dividendos anuais	**38.000**	**12.840**
Percentual do lucro líquido ajustado	**27%**	**10%**

Notas Explicativas

b) Composição do saldo de dividendos a pagar

Saldo em 31.12.2021	**12.801**
Dividendos aprovados	**60.039**
Dividendos mínimo obrigatórios - exercício 2022	12.840
Dividendos intermediários com base no saldo da conta de reserva de retenção de lucros - exercício de 2021	47.199
Dividendos pagos	**(60.000)**
Dividendos mínimo obrigatórios - exercício 2020	(343)
Dividendos mínimo obrigatórios - exercício 2021	(12.458)
Dividendos intermediários com base no saldo da conta de reserva de retenção de lucros - exercício de 2021	(47.199)
Saldo em 31.12.2022	**12.840**
Dividendos aprovados	**125.160**
Dividendos intermediários com base no saldo da conta de reserva de retenção de lucros - exercício de 2022	40.000
Dividendos adicionais propostos referentes ao exercício de 2022	47.160
Dividendos intercalares - exercício 2023	38.000
Dividendos pagos	**(52.840)**
Dividendos intermediários com base no saldo da conta de reserva de retenção de lucros - exercício de 2022	(40.000)
Dividendos mínimo obrigatórios - exercício 2022	(12.840)
Saldo em 31.12.2023	**85.160**

c) Política de dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido ajustado do exercício.

d) Distribuição de dividendos

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 09.01.2023, aprovou a distribuição de dividendos intermediários, com base na reserva de retenção de lucro do exercício de 2022, no valor de R$ 40.000 (R$ 0,06865030098 por ação), e a data de pagamento ocorreu em 19.01.2023.

Em 28.04.2023, na 6ª AGO da Companhia, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2022 no valor de R$ 12.840 (R$ 0,02203617649 por ação), e a data de pagamento ocorreu em 24.05.2023. Ademais, na mesma AGO, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais propostos do exercício de 2022, no valor de R$ 47.160 (R$ 0,08093927417 por ação). A data de pagamento será definida pela Diretoria Executiva da Companhia posteriormente.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 13.12.2023, aprovou a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros apurados 30.11.2023, no valor de R$ 38.000 (R$ 0,06521778493 por ação). A data de pagamento será definida pela Diretoria Executiva da Companhia posteriormente.

NOTA 13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Prática contábil:

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

A receita operacional bruta é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente, simultaneamente, recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. Consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Notas Explicativas

A Companhia recebe, para a energia vendida no ACR, como parte da RAG, a parcela referente à GAG, a qual é destinada para a remuneração dos serviços de operação e manutenção da Usina e visa evitar a interrupção da disponibilidade das instalações. A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber mensalmente, conforme a obrigação de desempenho de manter a Usina operando é atendida.

A remuneração de ativo financeiro de concessão corresponde aos juros e à variação monetária apurados sobre o saldo de ativo financeiro de concessão, vide Nota 5 – Ativo financeiro de concessão.

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2023	2022
Receita operacional bruta		
Suprimento de energia elétrica	90.662	85.248
Receita GAG - operação e manutenção	77.414	71.050
Transações no mercado de curto prazo	2.004	1.794
	170.080	**158.092**
Deduções da receita operacional		
PIS e Cofins	(15.732)	(14.624)
Pesquisa e desenvolvimento	(782)	(734)
	(16.514)	**(15.358)**
Remuneração de ativo financeiro de concessão	**177.557**	**184.292**
Receita operacional líquida	**331.123**	**327.026**

NOTA 14. RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	5.480	9.528
Juros sobre valores a receber	16	37
Outros juros e variações monetárias	-	1
Outras receitas financeiras	19	-
	5.515	**9.566**
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária sobre		
Debêntures	54.868	69.334
Hedge de valor justo sobre debêntures	131	932
Outros	9	12
Ajuste a valor justo	508	(2.146)
Outras despesas financeiras	1.101	826
	56.617	**68.958**
Resultado financeiro	**51.102**	**59.392**

NOTA 15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações de compra e de venda de energia e de prestação de serviços são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

a) Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31.12.2023 e 31.12.2022 os administradores não receberam remuneração nem benefícios, em razão de renúncia a esse direito. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia.

Notas Explicativas

b) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	Ativo	Passivo		
	Contas a receber de clientes	Fornecedores		Dividendos
		Energia	Outros	
31.12.2023				
ENGIE Brasil Energia	7.326	-	240	85.160
Total	**7.326**	**-**	**240**	**85.160**
31.12.2022	**7.077**	**500**	**1.401**	**12.840**

c) Venda de energia

A Companhia possui contrato de venda de energia com a sua controladora, ENGIE Brasil Energia, no montante de 57,5 MW médios, ao preço de R$ 171,19/MWh, sendo reajustado anualmente pelo IPCA, cuja vigência é de 01.01.2018 até 31.12.2028. O compromisso futuro do contrato atualizado para 31.12.2023 era de R$ 457.263.

O contrato de venda à controladora prevê que esta assuma os impactos decorrentes do MRE, incluindo a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o GSF.

Assim, os montantes relativos a transações com partes relacionadas que afetaram o resultado da Companhia nos exercícios findos em 31.12.2023 e 31.12.2022 foram:

	Receita	Custos e Despesas	
	Venda de Energia[1]	Compra de Energia	Serviços de Terceiros
2023			
ENGIE Brasil Energia	82.276	7.019	516
Outras	-	-	527
Total	**82.276**	**7.019**	**1.043**
2022	**77.363**	**6.307**	**2.441**

(1) As informações apresentadas são líquidas de PIS e Cofins.

d) Acordo operativo

Em 01.07.2019, a Companhia e a controladora celebraram um contrato de compartilhamento de operação e manutenção e recursos humanos, no qual a controladora garante o atendimento dos procedimentos internos da Companhia quando da execução de atividades operacionais na UHE Miranda. O contrato possui vigência de 60 meses, podendo ser prorrogado por igual período, e foi anuído pela Aneel em 10.07.2019. O montante máximo anual do contrato é de R$ 13.684.

NOTA 16. SEGUROS

a) Riscos operacionais e lucros cessantes

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora ENGIE. A vigência do seguro vai até 31.05.2024 e o valor da cobertura é R$ 1.951.553, sendo R$ 1.873.404 referente a danos materiais e R$ 78.149 a lucros cessantes.

Notas Explicativas

NOTA 17. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A companhia considera os compromissos de longo apresentados abaixo, como suas obrigações mais relevantes:

	2024	2025	2026	2027	2028	2029 em diante	Total
Utilização do sistema	33.863	33.863	33.863	33.863	33.863	643.405	812.720
Modernização	8.979	1.279	1.136	-	-	-	11.394
Contratos de operação e manutenção	2.170	2.170	1.989	-	-	-	6.329
Saldo em 31.12.2023	**45.012**	**37.312**	**36.988**	**33.863**	**33.863**	**643.405**	**830.443**

a) Utilização do sistema

A Companhia mantém contrato de uso do sistema de distribuição (CUSD), o qual tem vigência até a data de término da concessão.

b) Modernização

No exercício de 2023, a Companhia manteve contratos de modernização do sistema digital de supervisão e controle, sistemas comuns e do sistema de proteção e oscilografia para as três unidades geradoras e sistemas comuns da Usina.

c) Contratos de operação e manutenção

No exercício de 2023, a Companhia manteve contrato de manutenção dos equipamentos, conservação, limpeza e apoio nas atividades operacionais de meio ambiente, com vigência até 2026.

NOTA 18. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

	2023	2022
Fornecedores de imobilizado e intangível	5.143	12
Crédito de imposto de renda e contribuição social	(1.304)	(2.119)

NOTA 19. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Destinação de resultados de 2023

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 04.03.2024, encaminhou para aprovação em AGO, a proposta de distribuição reserva de retenção de lucros no montante de R$ 100.359.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Balanço patrimonial e demonstração do resultado ajustados por efeitos regulatórios.

Mais informações vide Nota 5 – Ativo financeiro de concessão.

ATIVO

		31.12.2023			31.12.2022		
	Notas	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
ATIVO CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		40.904	-	40.904	47.258	-	47.258
Contas a receber de clientes	(i)	17.482	12.585	30.067	17.008	12.199	29.207
Ativo financeiro de concessão	(i)	143.314	(143.314)	-	138.098	(138.098)	-
Outros ativos circulantes		4.283	-	4.283	4.933	-	4.933
		205.983	**(130.729)**	**75.254**	**207.297**	**(125.899)**	**81.398**
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Realizável a Longo Prazo							
Ativo financeiro de concessão	(i)	1.122.077	(1.122.077)	-	1.084.299	(1.084.299)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(ii)	-	-	-	-	1.184	1.184
Outros ativos não circulantes		-	-	-	55	-	55
		1.122.077	**(1.122.077)**	**-**	**1.084.354**	**(1.083.115)**	**1.239**
Imobilizado	**(i)**	**45.933**	**25.245**	**71.178**	**3.346**	**26.909**	**30.255**
Intangível	**(i)**	**332.603**	**754.225**	**1.086.828**	**346.492**	**785.790**	**1.132.282**
		1.500.613	**(342.607)**	**1.158.006**	**1.434.192**	**(270.416)**	**1.163.776**
TOTAL		**1.706.596**	**(473.336)**	**1.233.260**	**1.641.489**	**(396.315)**	**1.245.174**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		31.12.2023			31.12.2022		
	Notas	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
PASSIVO CIRCULANTE							
Fornecedores		16.202	-	16.202	5.811	-	5.811
Dividendos		85.160	-	85.160	12.840	-	12.840
Debêntures		116.394	-	116.394	98.285	-	98.285
Imposto de renda e contribuição social a pagar		33.459	-	33.459	22.999	-	22.999
Instrumentos financeiros derivativos - *hedge*		-	-	-	8.127	-	8.127
Outros passivos circulantes		7.745	-	7.745	8.414	-	8.414
		258.960	**-**	**258.960**	**156.476**	**-**	**156.476**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE							
Debêntures		300.061	-	300.061	394.484	-	394.484
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(ii)	162.481	(160.935)	1.546	133.966	(133.966)	-
		462.542	**(160.935)**	**301.607**	**528.450**	**(133.966)**	**394.484**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**985.094**	**(312.401)**	**672.693**	**956.563**	**(262.349)**	**694.214**
TOTAL		**1.706.596**	**(473.336)**	**1.233.260**	**1.641.489**	**(396.315)**	**1.245.174**

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

		RESULTADO					
		2023			2022		
	Notas	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Receita Operacional Líquida		331.123	(14.430)	316.693	327.026	(29.385)	297.641
Custos operacionais		(58.728)	(61.407)	(120.135)	(61.577)	(48.773)	(110.350)
LUCRO BRUTO	**(i)**	**272.395**	**(75.837)**	**196.558**	**265.449**	**(78.158)**	**187.291**
Despesas operacionais, líquidas		(653)	-	(653)	(1.130)	-	(1.130)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**271.742**	**(75.837)**	**195.905**	**264.319**	**(78.158)**	**186.161**
Resultado financeiro		(51.102)	-	(51.102)	(59.392)	-	(59.392)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**220.640**	**(75.837)**	**144.803**	**204.927**	**(78.158)**	**126.769**
Imposto de renda e contribuição social	(ii)	(74.999)	25.785	(49.214)	(69.773)	26.574	(43.199)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**145.641**	**(50.052)**	**95.589**	**135.154**	**(51.584)**	**83.570**

Efeitos de contabilização de contratos de concessão

(i) Concessionárias e permissionárias, ativo financeiro de concessão, intangível e imobilizado

Na contabilidade societária, a parcela da bonificação pela outorga que dá direito incondicional ao recebimento de um fluxo de caixa sem riscos de mercado e hidrológicos foi reconhecida como ativo financeiro de concessão. A diferença entre o valor total da bonificação pela outorga e o montante alocado como ativo financeiro de concessão foi reconhecida no ativo intangível. A parcela reconhecida no ativo financeiro de concessão é remunerada pela taxa interna de retorno e atualizada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), estes efeitos são apresentados na rubrica “Remuneração do ativo financeiro de concessão”. A realização deste ativo financeiro de concessão ocorre por meio dos recebimentos do Retorno da Bonificação de Outorga (RBO). Os demais itens integrantes da RAG são reconhecidos em linhas específicas do resultado, conforme segue: (i) Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG) – reconhecido na rubrica “Receita GAG – operação e manutenção”; (ii) encargos de conexão, encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos – reconhecidos como recuperação dos custos relacionados. O intangível é amortizado de forma linear pelo prazo de vigência do contrato de concessão.

Em contrapartida, para fins regulatórios o montante total da bonificação pela outorga foi reconhecido no ativo intangível, sendo também amortizado de forma linear pelo prazo de vigência do contrato de concessão. Adicionalmente, as receitas faturadas mensalmente às distribuidoras, relacionada a RAG, são reconhecidas na rubrica “Suprimento de energia elétrica”.

Os efeitos acima destacados resultam em diferenças na apuração de PIS e Cofins.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os efeitos da remuneração do ativo financeiro de concessão, da amortização da diferença entre intangível fiscal e contábil da bonificação paga pela outorga e da receita de RBO geram imposto de renda e contribuição social diferidos nas demonstrações societárias. Para fins regulatórios, esses efeitos não são considerados, conforme mencionado no item anterior.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da
Companhia Energética Miranda S.A.
Florianópolis/SC
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Miranda S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia decorre substancialmente da remuneração e da variação monetária do ativo financeiro de concessão e do fornecimento e do suprimento de energia elétrica. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em função da relevância dos valores envolvidos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu R$ 177.557 mil decorrente de juros e atualização monetária do ativo financeiro da concessão, R$ 90.662 mil decorrente do suprimento de energia elétrica e R$ 2.044 decorrente de transações no mercado de curto prazo.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:
(i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento da receita de suprimento de energia elétrica, transações no mercado de curto prazo e da remuneração e da variação monetária do ativo financeiro de concessão;
(ii) Avaliação da razoabilidade das estimativa contábeis da receita, reconhecida ao final do exercício;
(iii) Análise de uma amostra de contratos, para conferência dos dados utilizados na mensuração da estimativa da receita de fornecimento de energia elétrica ao final do exercício;
(iv) Avaliação do relatório de liquidação subsequente emitido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, com o propósito de corroborar a quantidade de energia transacionada pela Companhia;
(v) Recálculo da remuneração e da variação monetária do ativo financeiro de concessão;
(vi) Teste de recebimento e pagamento subsequente de faturas, por amostragem; e
(vii) Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a receita, incluídas na nota 13 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento da receita, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios e premissas utilizadas são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau (SC), 04 de março de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F-0

Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, ERNST & YOUNG Auditores Independentes, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

Romary dos Anjos Silva
Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores

Marcelo Brugnaro Schultz
Diretor Técnico-Operacional

Florianópolis, 04 de março de 2024.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, ERNST & YOUNG Auditores Independentes, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

Romary dos Anjos Silva
Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores

Marcelo Brugnaro Schultz
Diretor Técnico-Operacional

Florianópolis, 04 de março de 2024.